

Toques&Dados

Informativo do Sindados-MG - 23/06 a 29/06 de 2019

NOSSOS DADOS, NOSSO PATRIMÔNIO



O debate sobre as privatizações ganhou força no atual governo. O Ministério da Economia tem afirmado que pretende vender tudo para a iniciativa privada, "até o palácio presidencial", brincou o "superministro" da economia, Paulo Guedes, em sua fala a empresários e financistas gringos numa de suas recentes viagens aos EUA. Mas será que vale a pena vender o patrimônio nacional em nome do ajuste fiscal? Vale a pena entregar a administração de presídios para o setor privado? Será que compensa desmontar universidades e o ensino público em geral, para oferecer vouchers educacionais para nossos alunos? Quais os riscos de se abrir mão da administração de funções estratégicas para o País, como a extração de petróleo ou a gestão de bancos públicos?

O tema é sensível e não recomenda a pressa que este governo está adotando em suas ações e discurso. Se, de um lado, o Ministério da Economia quer liquidar tudo, por outro, a bandeira de defesa do patrimônio nacional está sendo empunhada em várias frentes no Brasil.

O SINDADOS-MG está do lado daqueles que acreditam que o Estado tem sim um papel ativo na economia, seja na prestação de serviços públicos ampliados, seja na própria atividade econômica, com empresas estatais, e uma dose de controle estratégico em pontos-chave do setor produtivo, como energia, por exemplo. O debate é continental, tal como o tamanho do País, e a nossa proposta é contribuir com uma pequena, mas importante, parte.

A partir de hoje, iniciaremos uma série de textos que pretende apresentar a importância das empresas e instituições públicas de tecnologia da informação. Por que elas são importantes para o desenvolvimento, para a estabilidade e a segurança nacional? Este primeiro inicia a reflexão citando um pouco sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que, há mais de meio século, é o principal provedor de soluções tecnológicas para o Estado brasileiro, desenvolvendo sistemas estratégicos que suportam ações estruturantes do governo e que também estão presentes no dia a dia do cidadão.

O Serpro é a estatal responsável por serviços de grande monta como o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), o Siasf (sistema que gerencia todas as operações financeiras do governo federal) e o Siscomex (solução responsável pelo fluxo do comércio exterior brasileiro), agregando grandes clientes como Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Denatran e Polícia Federal, por exemplo. Renavam, Renach, Passaporte, Carteira Digital de Trânsito? Sim,

tecnologias Serpro. Trata-se de uma instituição cujo trabalho contempla serviços de desenvolvimento, centro de dados, hospedagem de aplicações, rede de comunicação e serviços multimídia, administração de rede local, segurança da informação, educação a distância, consultoria, entre outros.

Por tudo isso, a primeira questão que se coloca, em caso de privatização, aborda o sigilo fiscal de cidadãos e das empresas e a segurança nacional. Você gostaria de ver seus dados de imposto de renda nas mãos de uma empresa privada? Ou, pior, nas mãos de inúmeras empresas pequenas? Quem pode garantir que um dos maiores bancos de dados da América Latina, o Sped, e suas bilhões de notas fiscais eletrônicas contendo dados sigilosos das empresas e de seus fornecedores vai permanecer intocado e não será usado para fins imorais?

Empresas como a Google devem controlar (mais) os nossos dados?

O Brasil vive um momento de crise singular. A população demanda, com justiça, serviços públicos cada vez mais qualificados, como educação, saúde e um ambiente saudável de negócios para o florescimento da economia. Mas a arrecadação e o dinheiro estão cada vez mais curtos. Num cenário como esse, muitos países já o demonstraram, a saída passa, necessariamente, pelo uso intensivo de tecnologia, que racionaliza o uso de recursos financeiros e amplia a produtividade dos servidores públicos. Mas, então, que empresa tem o tamanho, a capacidade e a expertise para assumir o papel estratégico do Serpro de integrador dos sistemas de governo, quando o país mais precisa disso? Google, Facebook, Amazon? Os gigantes privados da tecnologia estão aí, junto com seus inúmeros escândalos de vazamento de informações, processos bilionários de dumping, venda casada, monopólio e práticas antimercedo. E se não for esses, serão outros, serão muitos, serão éticos?

Nas mãos de quem vamos entregar nossos dados, nossa infraestrutura, nossa inteligência?

Como já dito, o debate é extenso e muitas são as variáveis que merecem ser discutidas. Preço, produtividade, segurança, eficiência e caráter estratégico. Esses são alguns dos temas que pretendemos abordar por aqui ao longo do tempo ao refletir sobre a importância das instituições públicas de tecnologia. O Serpro em si mesmo é um mundo de serviços e não serão os poucos parágrafos acima que vão fazer justiça à complexidade da empresa. Junte-se a ela, Dataprev, Prodabel, Datasus, PRODEMGE e muitas outras instituições que a população em geral não conhece a fundo.

Se você tem ideias de abordagens para discutir aqui conosco, sugestões ou críticas que vão ajudar a apresentar a TI pública para a população, entre em contato. O tema da tecnologia e sociedade nunca foi tão relevante e esse espaço é nosso.

TRABALHADORES INICIAM A GREVE NA PRODABEL



Apesar do enorme esforço da direção da PRODABEL em confundir os trabalhadores e colocá-los contra as suas representações, as pessoas que estão participando desde o começo do desenvolvimento da negociação coletiva e das assembleias, quando consultados, ao longo do dia de paralisação, não tiveram dúvidas em paralisar as atividades no dia 24/06 e em deliberar pela continuidade da greve.

A direção da Empresa continua se movimentando intensamente, num processo de disputa da narrativa, tentando caracterizar as representações dos trabalhadores e os grevistas como os “intransigentes”, desconsiderando uma questão muito simples: os trabalhadores reivindicaram tão somente a renovação do Acordo Coletivo e, em índice, o INPC do período e a reposição da perda de 4% da campanha salarial de 2018.

A lógica de persuasão da PRODABEL teve continuidade no primeiro dia de greve. Em dado momento, inclusive,

seu presidente e o diretor administrativo estiveram em meio aos trabalhadores grevistas, numa tentativa de convencimento, argumentando que o que falta para a assinatura do Acordo é muito pouco, que os trabalhadores precisavam refletir sobre isto.

Ocorre que o pouco para a Empresa é muito para os trabalhadores. A pergunta que não quer calar é: se é pouco, por que a Empresa não acata logo a reivindicação? O que está por trás desta lógica senão a política nefasta de submeter seus empregados? Os trabalhadores foram completamente razoáveis em seu pleito, não trouxeram à negociação nenhuma reivindicação nova. Infelizmente, muitas chefias continuam com a incumbência de tentar retirar os trabalhadores da greve e de evitar que novas pessoas adiram ao movimento, usando para isto o artifício de passar abaixo assinado entre os não grevistas.

Esperamos que os que estão trabalhando respeitem quem está de greve, lutando pela manutenção dos direitos do Acordo Coletivo de Trabalho (que será benefício para todos) e não caiam no conto de que “o que falta é pouco”. Melhor será se quem está trabalhando compreenda a importância desta luta e se una ao movimento, um direito legítimo de quem se sente prejudicado de lutar contra o prejuízo.

A decisão da assembleia dos trabalhadores de continuidade da greve foi mantida e esperamos que a direção da PRODABEL compareça à Audiência de Mediação na Superintendência Regional do Trabalho (SRT), agendada para hoje, dia 25/06.

- **Todos à luta pela manutenção das nossas conquistas!**
- **Quando se trata de direitos o caminho é sempre para frente!**
- **Nenhum direito a menos!**
- **Pela união de todos os trabalhadores em mais esta luta!**



INFORME JURÍDICO

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Empresas	Processo	Data	Hora	Vara
TECHCOM	0011419-62.2015.5.03.0008	04/07/2019	09:30	Central de Conciliação
PROOF SERVIÇOS	0010333-80.2016.5.03.0021	04/07/2019	09:00	Central de Conciliação
PRODABEL	0010284-61.2019.5.03.0012	15/07/2019	08:40	12ª
B2BR	0011467-29.2017.5.03.0112	16/07/2019	09:00	Central de Conciliação

REAJUSTE GEAP SIGNIFICA REBAIXAMENTO DO PODER DE COMPRA DO TRABALHADOR

O impasse entre a GEAP e a DATAPREV, referente ao reajuste do plano de saúde, é um tema que vinha sendo pautado de forma permanente pela representação dos trabalhadores ao longo deste ano. A representação da Empresa, por sua vez, sempre respondeu afirmando que estava “tratando” do assunto, sem, contudo, entrar em detalhe. O fato é que, absurdamente, a GEAP anunciou um aumento de 62,5% no plano de saúde, em pleno processo de negociação coletiva. Caso seja colocado em prática, tal aumento significará rebaixamento de salário dos trabalhadores.

No caso específico de Minas Gerais temos uma liminar em vigor, que, enquanto existir, impede a prática do reajuste. Ou seja, o que para muitos trabalhadores de outros estados significa o desespero imediato, no nosso caso não acontece por causa da ação judicial com vitória parcial do Sindicato. Esperamos ganhar esta ação, entretanto, sabemos que o

Judiciário é sempre uma incógnita. Infelizmente, a direção da Empresa tem se importado quase nada com a situação dos trabalhadores. Aumentar sua participação per capita para dar aos empregados a tranquilidade de continuar produzindo sem se preocupar com a assistência à saúde parece não ser preocupação da DATAPREV.

A política de privatização

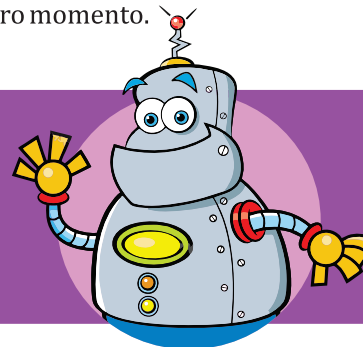
Para o atual governo e seus administradores de plantão não tem importância nenhuma o fato da GEAP ser, desde 1945, uma das mais importantes operadoras de planos de saúde do Brasil, que cuida da saúde dos servidores e empregados públicos federais ativos, aposentados e familiares. Em sua trajetória, tornou-se referência no mercado da saúde suplementar ao investir de forma pioneira num modelo assistencial focado na promoção da saúde, prevenção de doenças e na melhoria da qualidade

de vida dos assistidos.

Tal desvalorização se dá porque, afinal de contas, o projeto é acabar com esta entidade sem fins lucrativos, que reverte todos os seus recursos para a assistência integral dos seus mais de 446 mil beneficiários; que agrega o maior número de idosos, com 52% da carteira de beneficiários composta por pessoas a partir de 60 anos; que se orgulha de cuidar da saúde de 500 brasileiros que já passaram dos 100 anos.

A política em vigor no País é a da privatização sem limites e a continuação deste absurdo de aumento sem que a empresa aumente a sua contrapartida. O mais provável, infelizmente, será o esvaziamento da GEAP, colocando-se em prática o projeto de buscar no mercado um plano de saúde para os trabalhadores da DATAPREV, certamente pior que, num primeiro momento, será apresentado como “mais em conta”, mas isso só no primeiro momento.

Trabalhador, entre em contato com o Sindados para denunciar qualquer problema ou irregularidade na empresa em que trabalha: sindados@sindados-mg.org.br



O QUE É
É a representação dos trabalhadores que luta pelo cumprimento do artigo 8º da Constituição Federal e procura esclarecê-los em que consiste a plena liberdade sindical, compreendida não apenas pelo direito dos trabalhadores de se organizar em sindicatos, mas também pela proteção do exercício das atividades sindicais, em sentido amplo, proibindo os atos antissindicalistas.



Você Sabia?
Que caracteriza conduta antissindical qualquer atitude do empregador que tenha por objetivo prejudicar o livre exercício da atividade sindical e o normal desempenho da ação coletiva dos trabalhadores, tais como o direito de deflagrar greve, **t a m b é m a s s e g u r a d o** constitucionalmente no art. 9º da Constituição Federal, ou a autonomia da condução das negociações coletivas de trabalho.

NEGOCIAÇÃO UNISYS COMEÇA COM PROPOSTA DE REAJUSTE REBAIXADO



No último dia 11/06 aconteceu a primeira reunião de negociação da Campanha Salarial dos trabalhadores da Unisys Brasil - 2019/2020. Neste ano, serão negociadas apenas as cláusulas econômicas, uma vez que as demais

foram acordadas em 2018 e têm validade até 2020.

Na reunião, a Unisys Brasil apresentou a proposta de 4% de reajuste nos salários e vale refeição, percentual este que é inferior à inflação do período medida pelo INPC, que corresponde a 5,07%.

A representação dos trabalhadores já registrou seu descontentamento com o índice proposto, que sequer repõe a inflação, além de se limitar aos salários e ao vale alimentação, deixando de fora outros itens importantes do Acordo Coletivo de Trabalho, como piso salarial e auxílio creche. Além disso, expôs sua expectativa de ganho real incidindo sobre todas as cláusulas econômicas.

SERPRO: COMPENSAÇÃO DO DIA DE GREVE - 14/06

Segundo informe recebido da Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados (FENADADOS), no SERPRO haverá compensação do dia de greve nos casos em que os sindicatos fizeram assembleias e encaminharam para a Empresa o comunicado em até 48 horas.

Esta é a realidade de Minas Gerais. O SINDADOS-MG

convocou toda a categoria para assembleia, que aconteceu no dia 10/06, no auditório da sede do Sindicato, que aprovou a adesão da categoria à greve. No dia seguinte, a Empresa foi comunicada da deliberação. Portanto, quem quiser compensar o dia de greve é só aguardar orientações que serão dadas oportunamente.

PMUVP: SINDADOS-MG ENTRA COM AÇÃO CONTRA COBRA TECNOLOGIA

O SINDADOS-MG entrou com uma ação judicial contra a BB Tecnologia e Serviços (BBTS-Cobra) para cobrar o reajuste e o pagamento retroativo relativo à Parcela Mensal para Utilização de Veículo Próprio (PMUVP), a verba que os trabalhadores que prestam serviços com carro próprio têm direito. O PMUVP estava sem reajuste desde 2013 e teve uma correção apenas em 2018, abaixo da inflação acumulada.

Como ocorre com todas as ações judiciais, não é possível prever o tempo de sua conclusão em razão dos inúmeros recursos que se encontram à disposição das partes na legislação processual vigente e da própria morosidade da Justiça.

A PMUVP tem como propósito cobrir os gastos do trabalhador com IPVA, licenciamento, seguro, DPVAT e depreciação do veículo. Os valores variam de acordo com a localidade em que o serviço é prestado: R\$ 721,63 para deslocamentos na capital e R\$ 828,73 para atendimentos que exigem viagens. Esses valores foram reajustados em junho de 2018, após cinco anos sem correção.

Em Pernambuco, o SINDPD-PE entrou com ação semelhante e ganhou na Justiça o direito ao reajuste e ao retroativo. Na decisão, o juiz sentencia a BBTS a reajustar os valores da PMUVP de acordo com os índices negociados no ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), conforme determina a cláusula 49.



CADASTRE O CONTATO DO SINDADOS

Envie um WhatsApp com seu nome e empresa onde trabalha para receber os informes do SINDADOS MG e para entrar em contato conosco.